

Reunião da Câmara Temática de Motocicleta - CMTT

Data: 11/06/2019

Hora: 15h

Local: Rua Barão de Itapetininga, 18 - Térreo

Participantes

Poder Público:

Nancy Schneider - CET

José Eduardo Canhadas - CET

Alexandra Morgilli - CET

Heloisa Martins - CET

Antonio Carlos Roson - CET

Elisabete França - CET

Carlos Codesseira - CET

Eduardo Macabelli - CET

João M. Sakurai - SMT

Michele Perea - SMT

Fabio Gomes - SMT

Carolina Cominotti - SMT

Rafael Sisolo - SMT

Eduardo C. Gomes dos Reis - SPTrans

Vicente – SPTrans

Membros da CT de motocicleta:

Wilson Yasuda - Abraciclo

José H. C. Montal - Abramet

Rodrigo Ferreira - Sindimoto SP

Gil Almeida - Sindimoto SP

Gerson Silva Cunha - Sindimoto SP

Milton Cordeiro - Sedersp

Ronaldo Souza - Sedersp

Edgar F. da Silva - AMA BR

Robson de Souza Raimundo - AMA BR

Gitane Leão - Profissão Motofrete

Observadores:

Rogério de Moraes

Willian Duarte - Corretora de Seguros

André Garcia - Motosafe

Israel de Moura

Cristina Gomes

Lilla - abre a reunião.

Rodrigo - aponta falta de capacidade do Detran em dar suporte a toda a categoria de motofretistas para a profissionalização através do curso oferecido pelo órgão. Apresenta proposta de padronização de equipamentos que visam gerar mais segurança no trânsito como uma primeira medida para preservar a vida da categoria enquanto não há possibilidade de formação para todos nos cursos no Detran.

28:05 - questiona como deve ser cadastrado o MEI do profissional de motofrete, autônomo ou empresa?

Rodrigo - alega que por definição, o MEI é destinado ao empreendedorismo, mas tem sido utilizado para burlar as leis do sistema CLT neste caso. Faz um adendo citando que segundo a lei do MEI, a licença não pode ser concedida a atividades que contenham periculosidade e ressalta ser competência do município a concessão da licença.

José - complementa que o título de microempreendedor individual é uma brecha para a exploração.

44:57 - menciona o caso dos vigilantes, que antes podiam ser cadastrados como MEI, mas foi identificada periculosidade na atividade e por essa razão foi proibido.

Gilberto - acredita ser necessário um enquadramento melhor do MEI para os motofretistas.

Rodrigo - relata ter apresentado doze justificativas referentes ao MEI ser inconstitucional. Informa que os motofretistas se tornam MEI para conseguirem se cadastrar nos aplicativos de entrega, mas no DTP entram como autônomos. Aponta o fato do MEI não contribuir com o Estado, que gasta R\$800,00 reais por cada moto, gerando um total de 5,5 bilhões de reais. Aproveita para expor lista de 28 categorias com baixo risco e sem incidência de morte, que foram excluídas do MEI e manifesta indignação pela falta de comoção no caso dos motofretistas.

Gilberto - relata sobre o processo no ministério público do trabalho que gerou algumas audiências públicas e dependendo do resultado da primeira instância, terá um direcionamento na questão do MEI. Diz estar aguardando um decreto regulatório do prefeito sobre as temáticas do motofrete, para então seguir avançando.

40:40 - sugere pedir uma análise jurídica.

Rodrigo - declara que a prefeitura não identifica o motoboy como MEI, mas sim como autônomo.

Gerson - diz existir uma discrepância no DTP, pois é incompatível uma pessoa ser MEI e abrir um CCM na prefeitura como pessoa física.

41:31 - evidência que pelas regras da lei do MEI, todos os estão com a licença irregular.

Rodrigo - fala que a proposta atual do Sindimoto SP é voltada para segurança no trânsito, a fim de diminuir as mortes e acidentes envolvendo motofretistas. Para isso, sugere os equipamentos: baú de noventa litros, mata cachorro e eliminar o uso da mochila. Segundo ele, o primeiro passo é trazer todos para o código de trânsito brasileiro, o segundo é discutir a capacitação e o terceiro é pensar na melhor forma de licenciamento.

Nancy - sugere montar grupo de trabalho com pessoas chaves para discutir as questões abordadas e tornar a proposta em realidade.

55:18 - observa como maior dificuldade o acesso a informação sobre a regularização e normas de segurança, por este motivo protocolou ao DTP a melhoria no atendimento e vistorias, para que o motofretista desde o primeiro contato com o departamento, seja orientado de maneira correta para evitar prejuízo ao motociclista no pagamento das vistorias. Aproveita para mencionar o resultado da negociação com o governador, que aumentou o crédito do sindicato para até 15 mil reais, incluindo seguro e documentação, para o financiamento da motocicleta branca.

58:58 - rebate dizendo que o DTP só libera para vistoria após a mudança no documento da moto no Detran.

59:22 - responde que este é o ponto, o DTP deve informar na primeira vistoria o que deve ser feito para conseguir a licença e evitar que o motociclista passe por mais burocracia e gaste mais dinheiro.

Rodrigo - sobre a questão do financiamento citado, diz que só consegue o financiamento quem tem o curso de motofrete, por isso estão deixando o curso para a segunda fase, já que na atualidade não há capacidade de formação de tantos motofretistas e a prioridade é cuidar da segurança e vida dos mesmos.

01:01 - sugere que as empresas de aplicativos sejam responsáveis por ministrar o curso.

Rodrigo - responde que já há um pedido no Denatran para o curso ser flexibilizado.

Gilberto - diz que o sindicato está representando o interesse coletivo da categoria e não os interesses individuais das empresas. Ressalta ser uma utopia exigir que 200 mil motoboys desembolsem 11 mil reais para obter a moto branca dada a situação econômica do país.

01:02 - coloca que a moto branca é uma questão de visibilidade do motorista no trânsito para gerar mais segurança.

Rodrigo - rebate dizendo que o crédito só é liberado para os que passaram pelo curso do Detran, o que implica na questão da falta de capacidade de oferecimento do curso para todos.

Lilla - monta o grupo de trabalho com representante da Sindimoto SP, Abraciclo, Abramet, Ama BR, DTP e CET e finaliza a reunião.